

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE DIREITO

Elisa Gerolim Abe

(IN) CONSTITUCIONALIDADE DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL
DIRETA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

Projeto de Lei nº 5776/2013

Dourados-MS

2014

ELISA GEROLIM ABE

**(IN) CONSTITUCIONALIDADE DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL
DIRETA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Projeto de Lei nº 5776/2013

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Direito da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Direito.
Orientador: Professor Mestre Adilson Josemar Puhl.

Dourados-MS

2014

Banca examinadora:

Professor Mestre Adilson Josemar Puhl
Orientador presidente da banca

Professor Mestre Gassen Zaki Gebara
Convidado da banca

Professor Mestre Paulo César Nunes da Silva
Convidado da banca

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho aos meus pais, Vilma Abe e Wilson Abe, pelo apoio dado durante minha trajetória acadêmica, e pelo amor incondicional que sempre expressaram por mim durante toda minha vida.

Ao Promotor de Justiça, Doutor Luiz Gustavo Camacho Terçariol e a Assessora Jurídica Aline Xavier da Silva Carvalho, por terem feito do Ministério Público a minha paixão.

A todos meus amigos, especialmente Endiara Camargo, Sakura Ueno e Mariane Haerberlin, pelas oportunas e significativas palavras de apoio e incentivo nessa estrada. Eu amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a minha mãe Vilma, que é meu grande exemplo de força e determinação, e sempre me incentivou em minha caminhada, torcendo pelo meu sucesso.

Ao meu pai Wilson, que me ensinou a ser disciplinada e sempre instruiu meus passos com sabedoria e conselhos.

Aos meus queridos amigos de longa data e aos meus eternos amigos da faculdade, que aguentaram meus momentos de ansiedade e angústia com muita compreensão, e estiveram ao meu lado brindando minhas conquistas.

A todos os professores com os quais tive a grande oportunidade de ser aluna, aprender e crescer intelectualmente.

Ao Centro Acadêmico Águia de Haia, no qual atuei e por meio do qual conheci pessoas maravilhosas e memoráveis.

Agradeço ao pessoal da 12ª Promotoria de Justiça, com o qual pude conviver os dois melhores anos desta jornada acadêmica, fazendo inesquecíveis amizades, crescendo pessoalmente e intelectualmente.

Ao meu orientador, ilustre Professor Adilson Puhl, cuja inteligência, comprometimento e humildade são admiráveis, agradeço pela paciência e orientação durante a realização deste trabalho.

Aos examinadores, e ilustres professores Gassen e Paulo César, por aceitarem o convite para participar da banca examinadora. Ao professor Alberi R. Dehn Ramos, pela ajuda na realização do trabalho.

Ao Promotor de Justiça do MPDFT, Doutor Antônio Henrique Graciano Suxberger, ao Advogado e Presidente da 4ª Subseção da OAB/MS Doutor Felipe Cazuó Azuma, ao Juiz de Direito Doutor Cesar de Souza Lima, ao Procurador da República Doutor Manoel de Souza Mendes Junior, aos Delegados de Polícia Doutora Magali Leite Cordeiro Pascoal e Doutor Clemir Vieira Junior, e a Promotora de Justiça Doutora Claudia Loureiro Ocáriz Almirão, que me receberam de prontidão e com muita prestatividade, contribuindo no desenvolvimento deste trabalho.

Enfim, agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a conclusão deste trabalho de conclusão de curso.

“A justiça tem numa das mãos a balança em que pesa o direito, e na outra a espada de que se serve para defender. A espada sem a balança é a força brutal, a balança sem a espada é a impotência do direito.”

Rudolf von Ihering

RESUMO

Este trabalho visa discutir e esgotar a polêmica sobre a constitucionalidade, ou não, da investigação criminal realizada pelo Ministério Público. Partiu-se das origens do Ministério Público, para tratar dos seus conceitos, características, princípios institucionais, organização, e atribuições funcionais. Tratou do garantismo penal, sistema processual penal, para se entender o processo de investigação criminal realizada pela polícia e pelo Ministério Público. Ponderou-se os argumentos favoráveis e contrários a investigação criminal pelo Ministério Público, utilizando-se de pesquisa doutrinária, jurisprudencial, e entrevistas com autoridades e representantes da área. Abordou sobre a PEC nº 37/2011, a Resolução nº 23.396/2013 do TSE, o Projeto de Lei nº 5776/2013, como exemplos concretos sobre a controvérsia do tema, reportando ainda um visão sobre o referido projeto de lei à luz da Constituição. Enfim, o presente trabalho buscou esgotar os entendimentos acerca da (in) constitucionalidade da investigação criminal direta pelo Ministério Público para conferir-lhe uma reposta.

Palavras-chave: Ministério Público. Investigação Criminal. Constitucionalidade. Projeto de Lei nº 5776/2013.

ABSTRACT

This paper aims to discuss and exhaust the controversy over the constitutionality or otherwise of criminal investigation by prosecutors. Broke the origins of Ministry Public, to treat its concepts, characteristics, institutional principles, organization, and functional assignments. Treated garantismo criminal, criminal justice system, to understand the process of criminal investigation by the police and the prosecutors. Weighed up the arguments for and against the criminal investigation by prosecutors, using doctrinal, jurisprudential research, and interviews with authority and representatives of the area. Dicussed about PEC 37/2011, Resolution n° 23.396/2013 TSE, Bill n° 5776/2013, as concrete example about the controversy of the theme, reporting a further insight into the said bill in light of the Constitution. Finally, the present study aimed to exhaust the understandings of the (un) constitutionality of direct criminal investigation by prosecutors to give it an answer.

Key words: Prosecutors. Criminal Investigation. Constitutionality. Bill n° 5776/2013.